

casa de aposta com bonus 2024

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem duas propostas da pauta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação e buscar o déficit zero em 2024, meta mantida pelo governo. Os senadores agora precisam analisar os assuntos no plenário, o que o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD), indicou que pode ocorrer na semana que vem.

Um dos projetos muda a tributação da alta renda em fundos de investimento no exterior (offshore) e exclusivos, com o qual o governo quer levantar R\$ 20 bilhões no ano que vem. O outro texto taxa as empresas de apostas on-line, esportivas ou não. As estimativas, consideradas conservadoras pelo governo, são de uma arrecadação de R\$ 2 bilhões em 2024 com a medida. O projeto sofreu modificações e precisará voltar para análise da Comissão para passar pelo crivo do plenário do Senado.

O relator Angelo Coronel (PSD-BA) diminuiu o tributo cobrado sobre o faturamento das empresas de apostas para 12%. O texto aprovado na Comissão previa uma cobrança de 18% sobre o faturamento. Além disso, o projeto traz agora a obrigatoriedade das chamadas bets estrangeiras terem ao menos 20% do capital nos bolsos de uma empresa brasileira, o que não estava previsto no projeto da Comissão.

Coronel afirmou que as mudanças foram acordadas com as empresas e o Ministério da Fazenda. A cobrança de Imposto de Renda ao apostador também foi alterada no Senado. A taxa, que ocorrerá para prêmios a partir de R\$ 2.112, será de 15% em cima do ganho de capital ao fim do ano. A proposta original previa um pagamento de 30% por aposta vencedora.

Regulamentação ampla. O projeto mantém o direito de publicidade das empresas em estádios e veículos de comunicação, mas com regras, já definidas no texto da Comissão. Coronel também manteve a regularização de todos os tipos de jogos on-line, o que tende a fazer a arrecadação aumentar.

A maioria dos senadores viu a necessidade de regularizar os jogos. Não estamos inventando os jogos. Os jogos já existem, mas na clandestinidade. Após essa aprovação, será cobrado imposto. Quem ganha a população brasileira disse Coronel. O projeto também institui uma outorga inicial para autorizar